

Temas e conceitos nas teorias da estratificação social

INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior sobre classes sociais¹ procurei debater certas questões teóricas de cuja satisfatória solução me parecem depender os usos pertinentes, na pesquisa empírica, desse instrumento conceptual. E são múltiplos, como se sabe, os efeitos de ocultação, de deformação ou de reducionismo a que têm conduzido aplicações ritualizadas que se reclamam da teoria das classes.

Valerá a pena — e é esse o propósito deste texto — avaliar um outro quadro analítico, de diversos protocolos e alcance, que se costuma designar pelo termo *estratificação*. Aí se englobam propostas teóricas com inúmeras variantes, mas que, no conjunto, também elas se destinam a contribuir para o conhecimento das estruturas e dos processos sociais, para a explicação das práticas e a caracterização dos respectivos protagonistas.

A perspectiva crítica que conduz a exposição, e que procurará articular os enunciados teóricos e os seus resultados empíricos a pressupostos epistemológicos que, de algum modo, em uns e outros se reflectem, não deve fazer crer num qualquer maniqueísmo visando separar a boa da má tradição sociológica. A pertinência duma teoria avaliar-se-á, não tanto pela elegância das formulações, pela lógica interna dos conceitos ou pela coerência das proposições, como pela fecundidade que revela na produção de conhecimentos sobre o real. E, para confirmar a ilegitimidade de inferir ligações mecânicas entre epistemologia, teoria e pesquisa, basta ter em conta a frequência com que «boas» posturas epistemológicas e «boas» formulações teóricas conduzem, na sua aplicação prática, a progressos nulos de conhecimento, sendo igualmente muitas vezes certo que o trabalho científico escreve direito por linhas tortas.

Max Weber constitui ilustração de feliz descoincidência entre certos princípios analíticos expressos — tributários, como veremos, duma epistemologia marcada pelo individualismo — e a prática efectiva da investigação. Pode afirmar-se, com efeito, que as suas fecundas análises históricas e sociológicas contradizem esses princípios. E Weber não é um caso isolado. Por isso se impõe sempre um exame atento dos produtos.

Independentemente de certos limites contidos nas teorias da estratificação, não só a partir delas se têm obtido informações empíricas pertinentes, como vêm sendo capazes de produzir algumas formulações cuja tradução em termos de análise de classes parece fecunda para a pesquisa.

Mas a problemática da estratificação não deixa de se afastar da das classes em alguns pontos importantes.

¹ «Alguns problemas de teoria das classes sociais», in *Análise Social*, n.º 66, 1981, pp. 231 e segs.

Desde logo, ao nível das explicações sobre a origem e a reprodução das desigualdades sociais. Enquanto as teorias da estratificação tendem a considerar tais desigualdades globalmente funcionais para a sobrevivência de diversos tipos de sociedades (mesmo quando reconhecem a disfuncionalidade de alguma das suas dimensões) e radicadas em capacidades individuais distintas, para a perspectiva das classes elas surgem como efeitos de configurações históricas específicas, irredutíveis a explicações exteriores aos processos sociais colectivos dessas mesmas configurações.

Tendem também a ser diversos os critérios retidos na qualificação dos grupos de *status* e das classes. Ali predomina o prestígio e a estima social e aparece como questão fundamental a distribuição de bens desejáveis e raros. Aqui, o critério decisivo refere-se à forma de inserção no processo de produção e na divisão social do trabalho, entendida esta como a matriz de onde deriva uma pluralidade significativa de desigualdades.

A diferença de critérios sugere, por seu turno, métodos distintos na respectiva aplicação. Se o prestígio constitui elemento preponderante do *status*, haverá tendência para recorrer à avaliação social desse prestígio de forma a restituir a hierarquia da respectiva distribuição, ou seja, para devolver aos indivíduos a qualificação ordenada da sua própria identidade social. Se, em contrapartida, não se postula nem a transparência do social, nem a função constituinte da consciência, então torna-se indispensável procurar indicadores objectivos que preencham os critérios definidos para a análise da estrutura social.

O afastamento das duas problemáticas não se circunscreve, naturalmente, aos elementos que deixámos esquematicamente esboçados. Cada um dos campos tem, de resto, inúmeras variantes, algumas das quais contribuem, pelo seu eclectismo, para tornar indecisos os recortes das respectivas fronteiras. Pode dizer-se, em todo o caso, que, enquanto a denotação mais frequente do sistema de estratificação é a de um *continuum* hierarquizado de posições sociais analisável dinamicamente em termos de relações interindividuais, a estrutura de classes aparece definida como um conjunto de situações qualitativamente distintas, analisável em termos de relações sociais contraditórias.

1. O MODELO DE ACÇÃO SOCIAL E OS SEUS PRESSUPOSTOS

A verificação das desigualdades sociais e a tentativa da sua explicação e de análise dos seus efeitos surgiram bem antes das formulações de Marx sobre as classes sociais ou das propostas alternativas de Max Weber.

As modernas teorias da estratificação social, tal como foram desenvolvidas e discutidas no âmbito da sociologia norte-americana, sobretudo a partir da última guerra mundial, é porém em Weber que recolhem, explícita ou implicitamente, o essencial da sua inspiração. Muito embora seja igualmente verdade, como adiante veremos, que ficaram duradouramente esquecidas algumas das mais promissoras dimensões da análise weberiana.

Se se quisesse buscar um elemento comum em autores como Gaetano Mosca ou Pareto, Michels ou o próprio Weber, que tantos aspectos separam no plano de uma teoria do social, encontrar-se-ia o pressuposto

individualista como fundamento de análise da acção social². Pressuposto, de resto, largamente partilhado em todo o campo das ciências sociais, e desde logo pela ciência económica, ela própria constituindo um modelo influente nas outras formações científicas do campo, ainda a ensaiar os primeiros passos na afinação dos métodos e na constituição dos respectivos objectos.

Não era, com efeito, para Adam Smith, o esforço de cada homem no sentido de melhorar as suas condições de vida que gerava a riqueza das nações? Não se baseava o marginalismo no estudo da racionalidade económica dos comportamentos individuais? Não constituía o *Homo economicus* a referência de toda a análise do funcionamento de uma sociedade, que o mito da concorrência perfeita apresentava como totalmente fluida e transparente?

Todas as «robinsonadas», como depreciativamente lhes chamava Marx, eram aceites como evidências pelas burguesias da fase concorrencial do capitalismo, já que pareciam traduzir fielmente a sua própria experiência. Só provavelmente com Keynes, no contexto histórico bem diverso dos anos 30 do nosso século, foi decisivamente posta em crise uma tal perspectiva individualista, a que se articulava a concepção nominalista da sociedade³.

É uma perspectiva idêntica que o esforço weberiano de sistematização conceptual, aliás apresentado somente como uma tentativa de tradução rigorosa das fórmulas utilizadas por toda a sociologia empírica, revela logo nas primeiras páginas de *Wirtschaft und Gesellschaft*⁴.

A própria proposta de definição da sociologia é clara a este respeito: ciência que procura compreender por interpretação a actividade social, isto é, o comportamento a que o agente ou agentes comunicam um sentido subjectivo relacionado com o comportamento de outrem⁵.

O «sentido subjectivo» da acção constitui, portanto, o objecto da sociologia «compreensiva». E isso é verdade mesmo quando se trata de analisar processos de conjunto, em que o sentido se avalia «em média ou aproximadamente», ou ainda quando o objectivo consiste na construção científica do «tipo puro (tipo ideal) de um fenómeno que se manifesta com uma certa frequência»⁶.

Se o «indivíduo isolado», como «único portador dum comportamento significativo», mais a sua actividade, constituem a unidade analítica de base, então estruturas sociais como o Estado, a família, as cooperativas ou as sociedades anónimas não poderão ser senão «desenvolvimentos e conjuntos de actividades específicas de pessoas *singulares*»⁷.

Claro que os pressupostos assim enunciados estão presentes noutros desenvolvimentos conceptuais. É o caso da tipologia da acção social cons-

² Para um estudo crítico pormenorizado de diversas teorias da estratificação social ver Nicole Laurin-Frenette, *Les théories fonctionnalistes des classes sociales: sociologie et idéologie bourgeoise*, Paris, Anthropos, 1975.

³ Sobre o *a priori* individualista na ciência económica pré-keynesiana ver A. Sedas Nunes, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença/GIS, 1977, 5.ª ed., pp. 62 e segs.

⁴ Max Weber, *Économie et Société*, t. I (trad. dirigida por E. de Dampierre), Paris, Plon, 1971.

⁵ Id., *ibid.*, pp. 4, 19 e segs.

⁶ Id., *ibid.*, p. 8.

⁷ Id., *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965, p. 345, e *Économie et Société*, cit., p. 12.

truída em função das respectivas orientações; do conceito de relações sociais como comportamentos intersubjectivos; das noções de poder, de dominação, de disciplina. É igualmente o caso das articulações estabelecidas entre as condutas e a existência duma «ordem legítima». Esta ordem, implicando certos níveis de consenso, preside às actividades individuais e regula a competição que entre si desenvolvem indivíduos dotados de condições diversas para nela vencer. A prazo, tal competição não deixará de assegurar a selecção dos mais aptos⁸. Weber abre assim a problemática da estratificação social, que adiante se reencontrará.

Tal como em Durkheim, o problema dos valores aparece como central. Naquele autor, a sua função era a de contrariar a anomia, de favorecer o equilíbrio e a solidariedade sociais; aqui acentua-se o seu efeito dinamizador e desalienador da actividade humana.

Poderia então perguntar-se se a importância concedida à ordem, às normas, aos valores não fará neles residir o fundamento efectivo dos factos sociais. Sabe-se como Weber foi frequentemente acusado de idealismo, a partir duma avaliação pouco subtil que lhe atribuiu a explicação monocausal do capitalismo pela ética protestante. Muitos dos seus discípulos e continuadores se insurgiram contra tal interpretação. E ele próprio tinha afirmado, de resto, que não se tratava «de substituir a uma interpretação causal exclusivamente 'materialista' uma interpretação espiritualista da civilização e da história»⁹. O que importava mostrar era a afinidade de certos universos de pensamento ético-religiosos com sistemas de atitudes e motivações de um outro plano — o da economia —, uns e outros ligados ao conjunto das actividades caracterizadoras do capitalismo. Contra a afirmação apriorística de uma causalidade única e fixa, pretendia-se salientar a existência de causalidades probabilistas, parciais e reversíveis.

A sociologia compreensiva não se propõe, por outro lado, eliminar ou superar outras formações científicas do campo das ciências sociais, nem mesmo outras formas de análise sociológica¹⁰. Mas, ao coexistir com elas, ao integrar os seus resultados como dados a ter em conta na interpretação das acções que integram o seu objecto próprio, ela não está a prescindir do seu específico ponto de vista. O facto social e, portanto, a ordem, os valores, as normas só existem como produto da subjectividade. Nem os objectivos que os homens se propõem atingir são uniformes, nem os valores são homogéneos ou sequer compatíveis entre si¹¹. A questão das escolhas individuais torna-se então decisiva.

Se, em termos de princípios analíticos de base, o individualismo weberiano parece, assim, inequívoco, não se poderá, em contrapartida, atribuir-lhe uma perspectiva epistemológica idealista¹².

Esta mesma interrogação formulada a respeito da obra do autor que mais longe levou a teorização funcionalista — Talcott Parsons — já não permite resposta idêntica.

⁸ Max Weber, *Économie et Société*, cit., pp. 38 e segs.

⁹ Id., *L'Étique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon, 1964, p. 248.

¹⁰ Cf. Julien Freund, *Sociologie de Max Weber*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968, pp. 78 e segs. e 99 e segs.

¹¹ Cf. Raymond Aron, *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard, 1967, pp. 522 e segs.

¹² Para uma tentativa de demonstração da dominação idealista na epistemologia weberiana ver Béatrice Sokoloff, «La conception wébérienne des sciences sociales et les obstacles majeurs à une sociologie scientifique», in *Sociologie et Sociétés*, III, 1, 1971, pp. 117 e segs.

Também em Parsons a acção social se situa como conceito nuclear de um conjunto de complexos desenvolvimentos teóricos. Ela é orientada por objectivos e envolve processos de selecção, implica avaliações de «todos os componentes dos sistemas de acção e das situações em que a acção se realiza»¹³.

A presença do pressuposto individualista, apesar de um aparente apagamento do lugar explicativo da subjectividade, surge, de facto, tão real como em Weber. A teoria da acção é expressa, diz-nos Parsons, «em termos de categorias subjectivas» referentes ao «estado mental do actor»¹⁴. Mas, por outro lado, quer a motivação, que se efectiva em antecipações, comparações e selecções, quer a orientação, definindo o sentido da acção por intermédio dos objectivos e interesses realmente seleccionados e prosseguidos, se articulam com a ordem cultural. A socialização opera a interiorização em cada actor dos valores dessa ordem, transformando-os assim em «disposições-necessidades» (*need-dispositions*) individuais, que, por serem partilhadas e estáveis, garantem, por seu turno, a conservação da ordem na sociedade¹⁵, que outros mecanismos de controlo social reforçam.

A cultura deriva dos actores em situação. Ela sobrevive-lhes, porém, é dotada de maior durabilidade do que actores e situações originais¹⁶. Bastará esta especificação, que remete para a diferença analítica entre condições de criação e condições de funcionamento, para romper a circularidade de uma teoria que afirma a produção dos valores pela acção individual e a determinação desta por aqueles? Nicole Laurin-Frenette julga encontrar nessa circularidade uma ocultação do postulado básico da teoria funcionalista que faz radicar o facto social, em última instância, na natureza do indivíduo¹⁷.

Pode pôr-se em causa a forma como Parsons problematiza quer a produção da cultura quer a da subjectividade. Pode igualmente pôr-se em causa a suposição funcionalista corrente de uma global coincidência entre as prescrições da ordem cultural-normativa e as orientações subjectivas dos actores, redundando na concepção, criticada por Wrong, do homem «hipersocializado»¹⁸. O que, em todo o caso, parece aí aflorar é a conjugação do obstáculo individualista com o obstáculo idealista na produção de conhecimentos sobre o social.

A componente idealista da teoria aparecia de forma exemplar, aliás, numa primeira versão da análise da estratificação social, depois parcialmente corrigida nesse ponto. Dizia Parsons que, «se quer os indivíduos

¹³ Talcott Parsons, «A revised analytical approach to the theory of social stratification», in R. Bendix e S. M. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1954, p. 93.

¹⁴ Id., *The structure of social action*, Nova Iorque, The Free Press, 1949, p. 56; ver igualmente *The Social System*, Nova Iorque, The Free Press, 1951, p. 4, e *Towards a general theory of action*, Harvard, Harvard University Press, 1951, p. 4.

¹⁵ Id., *The Social System*, cit., p. 37, e *Towards a general theory of action*, cit., p. 63.

¹⁶ Id., *Towards a general theory of action*, cit., p. 39.

¹⁷ Nicole Laurin-Frenette, *op. cit.*, na versão espanhola: *Las teorías funcionalistas de las clases sociales*, Madrid, Siglo XXI, 1976, pp. 134 e segs.; numa perspectiva parcialmente diversa, cf. José Madureira Pinto, *Ideologias: Inventário Crítico de Um Conceito*, Lisboa, Presença/GIS, 1978, pp. 14 e segs.

¹⁸ Dennis Wrong, «The oversocialized conception of man in modern sociology», in *The American Sociological Review*, vol. 26, n.º 2, 1961, pp. 183 e segs.; cf. igualmente Eliseo Verón, *Conducta, estructura y comunicación*, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1972, pp. 118-119.

enquanto unidades, quer a avaliação moral, são essenciais aos sistemas sociais, então esses indivíduos serão avaliados como unidades¹⁹. A postulada necessidade social de avaliação associava-se, portanto, à necessidade da estratificação, à necessidade do ordenamento hierárquico dos actores sociais. Ou, dito de outro modo, a visão interindividual das desigualdades surge como constituinte e como princípio de explicação dessas mesmas desigualdades.

Nem todos os autores que se procuram demarcar da perspectiva funcionalista sobre a estratificação deixam, apenas por essa razão, de evidenciar a presença do obstáculo idealista. Dahrendorf, por exemplo, é dos que recusam a possibilidade de explicar funcionalmente as desigualdades, fazendo suas as críticas que atribuem a tal explicação ou o uso implícito de certos postulados sobre a natureza humana, ou o envolvimento em petições de princípio, em explicações pelo objecto a ser explicado.

Partindo da ideia de Durkheim de que todas as sociedades são comunidades morais, Dahrendorf procura identificar a origem da estratificação e julga encontrá-la nas normas, isto é, nos valores socialmente estabelecidos. Diz-nos ele:

Visto que todas as sociedades discriminam [...] certas posições [...] e visto que, além disso, todas as sociedades utilizam sanções para tornar tal discriminação efectiva, as normas sociais e as sanções constituem a base não apenas de ordenações (*rankings*) individuais, mas também de estruturas duradouras de posições sociais.

E conclui com toda a clareza:

A origem da desigualdade encontra-se então na existência, em todas as sociedades humanas, de normas de comportamento a que se encontram associadas sanções²⁰.

É certo que Dahrendorf adiciona às normas e às sanções a noção de poder; dessa trilogia poderiam ser derivadas «todas as categorias de análise sociológica». Mas não deixa de frisar que o poder é, ele próprio, posterior à norma²¹.

Ficou atrás mencionada a possibilidade de diversos tipos de desfazamento entre pressupostos epistemológicos, formulações teóricas e resultados de pesquisa.

Desde logo, em Weber, as exigências da análise histórica e sociológica vieram impor correcções aos postulados individualistas. No plano da teoria, a extensão da avaliação de sentido «em média», ou na construção de «tipos ideais», já dificilmente se compatibiliza com o princípio da compreensão incidindo sobre os sentidos que os indivíduos imputam às suas próprias acções²². E, em termos de pesquisa, a ruptura com o ponto de vista do actor torna-se, em muitos casos, inequívoca.

¹⁹ Talcott Parsons, «An analytical approach to the theory of social stratification», in *American Journal of Sociology*, vol. 45, 1940, p. 843.

²⁰ Ralf Dahrendorf, «On the Origin of Inequality among Men», in André Béteille (org.), *Social Inequality*, Middlesex, Penguin Books, 1974, pp. 33-34.

²¹ Id., *ibid.*, p. 38 e nota 21.

²² Cf. Elíseo Verón, *Conducta, estructura y comunicación*, cit., pp. 108 e segs.

Uma outra ilustração de que os *a priori* epistemológicos explícitos podem não estar sistematicamente presentes quer na teoria, quer na pesquisa, encontra-se mesmo nas análises de estratificação mais claramente individualistas. Não deixam de aí surgir, com efeito, referências a certos processos de produção de subjectividade — como o chamado processo de socialização — em que é nítido o recurso a formas de explicação pelo social. É evidente, de resto, que a análise funcionalista remete para postulados não estritamente redutíveis aos dois que vimos referindo. O organicismo, ou seja, a concepção do sistema social a partir da analogia com estruturas biológicas dotadas de necessidades e de mecanismos de adaptação, será um deles.

Feitas estas observações, convém salientar, no entanto, que as combinações entre os diversos níveis de trabalho científico não são aleatórias, isto é, que os elementos provenientes do nível epistemológico tendem a retraduzir-se na teoria e nas suas aplicações empíricas de forma significativa. Isso mesmo sucede nas análises de estratificação social comandadas por postulados idealistas e individualistas.

Como se pode então identificar, esquematicamente, o pressuposto idealista? Ele reconduz-se à afirmação da capacidade constituinte da cultura, dos valores, das normas, da razão, sem que sejam adequadamente questionados os modos de produção social de tais elementos. O ser social tem por referência última e por fundamento explicativo esses valores e normas. Modelados na consciência através da socialização, eles comandam os comportamentos humanos, as formas de organização e de transformação social. Se é pertinente, sem dúvida, ter em conta os efeitos globais e específicos produzidos pelo que se designa por ideológico ou simbólico na reprodução das relações sociais, já a metamorfose dessa produção de efeitos em função genética exclusiva será tributária duma posição idealista.

Também o individualismo, ilustrado a partir das formulações do modelo da acção social, permanece vivo na pesquisa sociológica. Os seus mais vigorosos representantes actuais encontrar-se-ão, provavelmente, no empirismo radical da «sociologia fenomenológica» e na etnometodologia. Trabalhos académicos recentes continuam, de facto, a sustentar uma concepção nominalista da sociedade, ao defini-la como «uma maneira abstracta de falar de pessoas que se encontram umas às outras», enquanto o determinismo social significará «que os indivíduos são influenciados por outros indivíduos que encontram»²³. O pressuposto individualista surge, assim, sempre que a análise sociológica elege a subjectividade do actor como o seu único ou principal objecto. Elidindo o problema da polivalência das significações e da sua radicação nas práticas colectivas, esta perspectiva constitui o indivíduo como lugar exclusivo de geração de sentido e de acção, a que são recondutíveis todos os efeitos sociais. Nestas condições, o social só pode ser pensado como um conjunto de elementos adicionados, como a resultante de agregações individuais.

2. GRANDES TEMAS NA ANÁLISE DE ESTRATIFICAÇÃO

O já mencionado artigo de Parsons, publicado em 1940, um outro de Kingsley Davis, de dois anos depois, e um último deste autor em conjunto

²³ Randall Colins, *Conflict Sociology*, Nova Iorque-São Francisco-Londres, Academic Press, 1975, p. 54.

com Wilbert Moore desencadearam um amplo debate sobre a estratificação na sociologia norte-americana do pós-guerra.

Pela importância que teve no arranque desse debate e que faz dela, ainda hoje, uma referência obrigatória, apesar de todas as críticas que lhe têm sido movidas do próprio interior da teoria estruturo-funcionalista, vale a pena relembrar alguns aspectos fundamentais da perspectiva de Davis e Moore, tal como resultam do texto de 1945²⁴.

A que questão se trata de responder? Partindo do pressuposto de que as desigualdades sociais têm carácter universal, pretendem-se explicar as razões da estratificação em todos os sistemas sociais, tendo em conta a distinção analítica entre o problema do sistema de posições na estrutura e o problema do acesso dos indivíduos a essas posições.

As posições sociais constituem uma hierarquia ordenada segundo dois princípios básicos: a importância funcional relativa dessas posições para a sociedade e o grau de exigência que comportam em termos de capacidade ou talento, implicando a escassez ou a abundância de candidatos viáveis.

Todas as sociedades estão confrontadas com a necessidade de assegurar que as diversas posições sejam ocupadas e sejam eficazmente cumpridas as respectivas actividades. Assim, há que associar a essas diversas posições recompensas igualmente diferentes, por forma a motivar os indivíduos adequados não só a procurar preenchê-las, como a cabalmente cumprir os deveres e executar as tarefas inerentes. A desigualdade institucionalizada de recompensas, incorporadas como direitos às posições, ou seja, o próprio sistema de estratificação social, constitui, pois, uma necessidade funcional em qualquer sociedade. Só ele pode assegurar para as mais importantes posições o recrutamento dos mais aptos.

Cada sistema de estratificação é susceptível de variações, embora normalmente contidas dentro de certos limites pela lei da oferta e da procura, a qual actua como um mecanismo permanente de reequilíbrio. As diferentes sociedades apresentam também diversos sistemas de estratificação. Todas essas diferenças encontram explicação nos factores que afectam quer a importância funcional das posições, quer a escassez dos respectivos candidatos.

Davis e Moore podem então propor um esboço de tipologia social a partir do conjunto de factores internos e externos ao sistema de estratificação que afectam essas duas determinantes da distribuição desigual dos estímulos de prestígio e poder.

Na análise das condições externas sobressai, pelos seus efeitos, o que os autores denominam o estágio de desenvolvimento cultural. Fica claro o papel determinante que lhe atribuem a todos os níveis da organização social. O crescimento da «herança cultural» implica, com efeito, um acréscimo de especialização e diferenciação das tarefas e, portanto, das gradações de prestígio social; um aumento de mobilidade entre as posições; a mudança de «ênfase funcional», acentuando-se, no capitalismo, a importância das funções tecnológicas e económicas; finalmente, o decréscimo da «solidariedade de estrato», ou seja, o declínio de organizações tendendo a promover interesses específicos de grupo, declínio que comporta o enfraquecimento da conflitualidade socialmente existente.

²⁴ Davis e Moore, «Some principles of stratification», in *The American Sociological Review*, vol. 10, n.º 2, 1945, pp. 242-249; reeditado com o mesmo título em Bendix e Lipset (orgs.), *Class Status and Power*, Nova Iorque, The Free Press, 1966.

A este isolamento da herança cultural como variável independente há que associar a «função societária» decisiva que Davis e Moore atribuem à cultura. A unidade e a sobrevivência das sociedades dependem, com efeito, não só da existência duma sua componente essencial — valores últimos e fins comuns —, mas também da sua efectiva partilha e prossecução. Se este último ponto parece constituir problema, é que valores e fins são por natureza subjectivos. Mas justamente todos os mecanismos das sociedades mais avançadas — as sociedades capitalistas —, desde a «comunicação» à «pressão moral», passando pelo próprio sistema de estratificação, com os seus processos de interiorização de objectivos e estímulos, tendem a garantir a harmonia entre os interesses e as práticas individuais e o funcionamento global da sociedade.

Fechado o círculo, parece resultar evidente a conjugação do pressuposto individualista com o pressuposto idealista na teoria da estratificação de Davis e Moore.

Vários autores aceitaram e desenvolveram os aspectos básicos dessa teoria. Bernard Barber²⁵, por exemplo, parte igualmente dos valores socialmente partilhados que constituem condições da integração social para fundamentar a avaliação diferencial que os indivíduos fazem dos papéis socialmente existentes. Já que são expressão de juízos baseados em valores comuns, os sistemas de estratificação desempenham eles próprios funções essenciais de coesão social, ao mesmo tempo que cumprem funções instrumentais ou adaptativas por intermédio das inerentes recompensas/privações.

Na sequência dos refinamentos trazidos por Merton à teoria funcionalista, Barber reconhece que a estratificação pode implicar disfunções parciais. O que não põe em causa, no entanto, a sua global funcionalidade, nem a concepção da sociedade como um «equilíbrio dinâmico de várias partes funcionais».

Em que consiste, então, um sistema de estratificação? Numa estrutura de desigualdades regularizadas, numa «estrutura hierárquica contínua ao longo da dimensão vertical».

Davis e Moore, bem como Barber, ilustram assim o que pode considerar-se a forma canónica da teoria da estratificação.

Os elementos observáveis de existência social, localizados em estruturas, instituições, modos de organização, incorporam necessidades subjectivas e interindividuais dotadas de carácter mais ou menos universal. O princípio de explicação desses elementos reconduz-se a neles encontrar as funções que desempenham e que operam ajustamentos sociais às necessidades. Dado o carácter psicologizante do modelo de acção subjacente, há que analisar o modo de tradução das necessidades em mecanismos de actividade individual. O passo cumpre-se pela mediação das motivações, referenciadas a normas e valores partilhados, que impulsionam os actores a, prosseguindo os seus interesses próprios, realizarem do mesmo movimento os interesses e necessidades sociais.

No caso específico da estratificação, os actores não obtêm idêntico êxito em termos de prestígio e rendimento. Mas a estratificação justifica-se precisamente por serem desigualmente importantes e exigirem qualificações diversas os lugares sociais e as tarefas inerentes. Ela corresponde à

²⁵ Bernard Barber, *Social Stratification. A Comparative Analysis of Structure and Process*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1957.

necessidade de garantir o acesso dos mais aptos às mais elevadas posições, por forma que sejam correctamente desempenhados os respectivos papéis. Prestígio, poder, vantagens materiais — valores universais transcritos em motivações — constituem, assim, os prémios que todos disputam, e que os melhores alcançarão, nas competições de que a sociedade é teatro. Para que o sistema funcione sem tensões insuportáveis é necessário, no entanto, que as desigualdades sejam consideradas legítimas pelos que ficam penalizados ou obtêm recompensas menores. Sendo os papéis sociais realmente distribuídos de acordo com as aptidões, cada indivíduo, ao ter disso consciência, aceitará a sua posição como a que efectivamente corresponde aos meios que pôde mobilizar, eles próprios condicionantes dos objectivos que se deve propor.

De um modo geral, a análise da estratificação parece organizar-se em torno de quatro temáticas principais, articuladas entre si: a temática das necessidades e dos imperativos funcionais; a das motivações; a da selecção social e das desigualdades; a temática, por fim, da ordem social, do equilíbrio e do consenso.

A renovação do interesse que a teoria suscitou no segundo pós-guerra veio gerar o aprofundamento da discussão à volta das primeiras propostas formuladas. Surgiram numerosas reservas e críticas à teoria de Davis e Moore, apresentaram-se múltiplas sugestões de alternativa parcial a propósito dos quatro subtemas enunciados.

Desde as ingénuas listagens de Malinowski das necessidades humanas biológicas e das necessidades derivadas — os «imperativos instrumentais» — que ele propunha como ponto de partida para a observação de todos os elementos do sistema social, os funcionalistas nunca mais deixaram, de um ou de outro modo, de se preocupar com o problema. Explicar uma qualquer actividade, instituição, norma, consiste em determinar-lhe a função por referência a necessidades. Essa explicação teleológica acaba por traduzir-se na fixação apriorística dessas necessidades universais. Mesmo nas versões mais sofisticadas da teoria, como as de Parsons e Merton, não se dispensa a referência aos pré-requisitos ou imperativos funcionais, denotando tudo aquilo que, a não existir, acarretaria a inviabilização da sociedade.

Se o enunciado abstracto do conceito de necessidade e de imperativo reúne a unanimidade dos autores, já as tentativas de concretização os dividem, apesar da tendência para aumentar o rol dos elementos incluídos.

Davis e Moore justificavam a estratificação pela necessidade de fazer executar o melhor possível as tarefas, de distribuir eficazmente os diversos papéis sociais. Wesolowski vem justamente criticar a inclusão da estratificação, entendida em moldes clássicos, nas exigências funcionais, sem terem sido explorados eventuais «equivalentes funcionais», de que falava Merton, para referir a possibilidade de uma mesma função ser cumprida por elementos diversos²⁶. Um outro sistema de valores salientando «a formação e o preenchimento das posições de poder» poderia constituir alternativa. Na perspectiva de Wesolowski, a única necessidade funcional de estratificação que pode justificar-se será a que retém o critério da autoridade²⁷.

²⁶ Cf. R. K. Merton, *Social theory and social structure*, Glencoe, The Free Press, 1957, pp. 49-52.

²⁷ Cf. Włodzimierz Wesolowski, *Classes, Estratos e Poder*, Venda Nova-Amazona, Novo Curso Editores, 1977 (trad. da ed. original polaca de 1977), pp. 170 e segs.

Também o problema da motivação foi amplamente debatido a propósito das teorias que procuram explicar a hierarquia social.

Já Durkheim acentuara a necessidade de motivar os indivíduos para o desempenho dos diferentes papéis sociais, no que é acompanhado por toda a teoria funcionalista. As divergências surgem, porém, quando se trata de qualificar em concreto as motivações que desembocam nas desigualdades institucionalizadas.

Tumin veio criticar Davis e Moore pela eleição do prestígio como motivação e recompensa. Para ele, o «dever social», a «alegria no trabalho», poderiam funcionar como alternativas. As desigualdades de *status*, enquanto recompensa, deveriam distinguir apenas os que respeitam as normas sociais dos que as não respeitam, já que a todos os que fazem coincidir o seu interesse pessoal com o da sociedade deveria ser reconhecido igual prestígio²⁸.

Schwartz, pelo seu lado, procura mostrar, a partir de um trabalho sobre o *kibutz* israelita, a ausência de recompensas desiguais e a efectiva existência de motivações diversas das retidas por Davis e Moore²⁹.

Estas e outras críticas, sem porem em causa a centralidade do conceito de motivação, tentam portanto demonstrar que o prestígio ou o rendimento não constituem motivações necessárias, universalmente válidas, ou moralmente desejáveis. Valores alternativos poderiam determinar os indivíduos à acção. E abundantes verificações empíricas mostram, por outro lado, como mesmo os valores prevaletentes não conseguem motivar importantes sectores dos que, situados à partida nos lugares baixos da hierarquia, deveriam, supostamente, manter as mais fortes aspirações à ascensão social³⁰. Transita-se assim para o problema dos próprios critérios da estratificação, o que não surpreende, se se pensar que o conteúdo das motivações está necessariamente ligado, na teoria, aos valores sociais e que, por seu turno, estes comandam o ordenamento das posições estratificadas.

Uma outra ordem de críticas dirige-se à eficácia dos sistemas de estratificação para conseguir o que lhe é atribuído: seleccionar os mais aptos.

Melvin Tumin e Dennis Wrong, por exemplo, vieram afirmar a disfuncionalidade das desigualdades; será o caso sempre que elas radiquem em heranças intergeracionais de recompensas³¹. Davis, tal como, de resto, Parsons ou Barber, reconheceu que estruturas como a família podem efectivamente bloquear parcialmente a pureza da selecção pelo mérito, dada a tendência que têm as «posições herdadas» a perpetuar-se e a limitar, por isso, o espaço das «posições conquistadas». Mas esse bloqueamento seria marginal e não resultaria do sistema de estratificação, mas sim dessas outras estruturas, que são, elas também, funcionalmente necessárias³².

²⁸ Melvin M. Tumin, «Some principles of stratification: a critical analysis», in *The American Sociological Review*, vol. 18, n.º 4, 1953.

²⁹ Richard D. Schwartz, «Functional alternatives to inequality», in *The American Sociological Review*, vol. 20, n.º 4, 1955.

³⁰ Ver, por todos, Harold M. Hodges, «Las clases sociales y la movilidad social», in *La estratificación social*, Madrid, Tecnos, 1974, pp. 281 e segs.

³¹ Melvin M. Tumin, *op. cit.*; Dennis Wrong, «The functional theory of stratification: some neglected considerations», in *The American Sociological Review*, vol. 24, n.º 6, 1959.

³² Kingsley Davis, «Reply to Tumin», in *The American Sociological Review*, vol. 18, n.º 4, 1953.

A ideia de que a ordem de *status* inibe a mobilidade social, esse elemento dinâmico de ajustamento do sistema, vinha já de Max Weber e de Veblen³³. Vários autores a sublinharam. A estratificação desempenharia um papel conservador: realidade da ordem ideológica, ela constituiria uma fixação, uma fossilização de estruturas de classe cujo surgimento remontaria a épocas anteriores³⁴.

Ao discutir o declínio dos mitos do êxito e do *self-made man* na sociedade americana, Mills salienta, por seu turno, a «falta de conexão entre o mérito e a mobilidade, entre a virtude e o êxito», resultante, no acesso à *élite*, do sistema de cooptação por ela usado na inclusão de novos membros³⁵.

As críticas ao sistema de selecção vão, assim, não apenas no sentido de denunciar as «oportunidades desiguais», que deixam pelo caminho muitos dos potencialmente mais aptos, como ainda se dirigem às próprias modalidades de efectiva mobilidade vertical de uns poucos. Mas, sempre que se confinam à problemática funcionalista-individualista, mesmo as mais radicais dessas críticas se limitam a mostrar deformações e desvios às formas ideais da meritocracia que a igualdade de oportunidades e a livre concorrência garantiriam.

A questão da ordem, ordem moral e ordem social, é o último dos subtemas presentes na teoria da estratificação. Ela designa uma necessidade social primeira, que vai encontrar na estratificação um importante elemento de resposta. Por isso, o problema da ordem percorre toda a teoria como um fio condutor, constitui o seu princípio e o seu termo. A institucionalização da estratificação constitui — diz-nos Parsons em artigo recente³⁶ — «um aspecto essencial para a solução do problema da ordem nos sistemas sociais através da legitimação de desigualdades essenciais».

Sobre a própria possibilidade de tal legitimação é que as opiniões já não são coincidentes:

A partir do momento em que se inculca nos homens este preceito de que é um dever progredir, é muito mais difícil levá-los à resignação; [...] qualquer moral de progresso e de aperfeiçoamento implica sempre um certo grau de anomia³⁷.

As sociedades industriais, tendo rompido os antigos equilíbrios entre os fins que os homens se propunham e os meios ao seu alcance para os atingir, necessitavam, segundo Durkheim, de novos processos para repor a integração social.

A forma canónica da teoria funcionalista, exemplificada na proposta de Davis e Moore, postulava, pelo seu lado, uma quase automática adequação da conduta individual à reprodução da ordem. Se a natureza

³³ Thorstein Veblen, «The Theory of the Leisure Class», in Reinhard Bendix e Seymour Martin Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1954, pp. 35 e segs.

³⁴ Cf. Rodolfo Stavenhagen, «Estratificação social e estrutura de classes», in António Roberto Bertelli *et alii* (orgs.), *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp. 142 e segs.

³⁵ C. Wright Mills, *The Power Elite*, Londres-Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press, 1973 (1956), pp. 347-350.

³⁶ Talcott Parsons, «Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited», in *Sociological Inquiry*, vol. 40, n.º 2, 1970, p. 19.

³⁷ Émile Durkheim, *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1977, p. 435.

social constitui o prolongamento da natureza humana; se as necessidades sociais são uma agregação de necessidades individuais; se a interacção social é a resultante de múltiplas acções individuais finalizadas que têm por referência uma ordem partilhada de valores; então, através de um conjunto de elementos mediadores de que o sistema de estratificação faz parte, a harmonia e o equilíbrio do binómio do binómio actor-sociedade tenderá, em princípio, a realizar-se espontaneamente.

Outros autores, porém, na esteira de Durkheim, não participam dum optimismo tão acentuado. Tumin, por exemplo, julga a competição desnecessária e perigosas as avaliações sociais negativas, visto que tanto uma como as outras podem conduzir à revolta e à luta pela modificação das normas e valores instituídos ³⁸.

Para a contenção dessa potencial revolta, além de mecanismos directamente repressivos, as sociedades dispõem de mais subtis mecanismos compensatórios e estabilizadores, que, se não legitimam todas as desigualdades, pelo menos são susceptíveis de gerar certas formas de conformismo social. Dois deles costumam ser particularmente citados: por um lado, os actores situados nos degraus mais baixos da hierarquia tendem a sobrevalorizar a sua posição e a denegrir os que pertencem a grupos de *status* iguais ou inferiores; por outro, a crença religiosa nos prémios de um mundo melhor contribui, também, para aliviar as tensões. Mas esse «sistema invertido de estratificação», esses «mecanismos transvalorativos», de que fala Lipset ³⁹, não bastam para eliminar os conflitos potencialmente ligados aos sistemas de desigualdades e aos valores que a eles presidem. Como não bastará o processo real de «mobilidade ascendente», nem as expectativas em torno dele criadas, sobretudo em períodos de crise, em que se pode tornar particularmente visível o carácter ilusório de tais expectativas. Ainda aqui, no entanto, sistemas não muito diversos quanto à estrutura de estratificação e quanto aos graus de mobilidade e de «abertura» social podem dar origem, em função de cristalizações históricas e ideológicas específicas de cada sociedade, a diferentes avaliações por parte dos respectivos membros, indiciando, por seu turno, comportamentos igualmente diversificados ⁴⁰.

Seja como for, o «comportamento aberrante» resultaria, no dizer de Merton, da dissociação entre aspirações culturalmente encorajadas e as estruturas sociais que deveriam permitir a sua realização ⁴¹. A análise da

³⁸ Melvin M. Tumin, *Social stratification: the forms and functions of inequality*, Nova Jérsea, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1967, pp. 30 e segs.

³⁹ Seymour M. Lipset, «Stratification (Social)», in *International Encyclopedia of Social Sciences*, vols. 15/16/17, Nova Iorque-Londres, Collier-MacMillan, 1968, p. 306. Uma discussão global sobre o tema pode ver-se em Frank Parkin, *Orden Político e Desigualdad de Clase*, Madrid, Debate, 1978, pp. 69 e segs.

⁴⁰ As desiguais auto-identificações de classe, nos Estados Unidos e na França, podem constituir exemplo dos efeitos diferenciadores de heranças culturais. Cf. Natalie Rogoff, «Social stratification in France and in the United States», in Bendix e Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, cit., pp. 577 e segs. Cf. igualmente Katherine Archibald, «Status Orientations among Shipyard Workers», *ibid.*, pp. 395 e segs.

⁴¹ Robert K. Merton, *Social theory and social structure*, cit., p. 134. Para uma distinção entre «desorganização social» entendida como «deficiências na organização e no funcionamento dos *status* sociais e dos papéis», e as formas de «comportamento desviante», ver, do mesmo autor, «Social Problems and Sociological Theory», in R. K. Merton e R. A. Nisbet (orgs.), *Contemporary Social Problems*, Londres, Rupert Hart-Davis (1961), 1963, pp. 718 e segs.

relação meios-fins abre então para formulações sobre a marginalidade, o desvio, o inconformismo, a revolta ou a mudança social.

3. ALGUNS PROBLEMAS DE PESQUISA

Como atrás se deixou indicado, o campo da sociologia é ainda hoje largamente tributário da herança weberiana, não apenas no que se refere aos princípios contidos no modelo de acção social, mas ainda em termos das concepções sobre a estratificação.

Para Weber, esta resultaria da distribuição de poder segundo as três hierarquias fundamentais da ordem económica — «classes» —, da ordem social — «grupos de *status*» — e da ordem política — «partidos». As classes, agrupando indivíduos com idêntica posição perante o mercado, caracterizar-se-iam pelas suas «relações com a produção e a aquisição de bens». Os grupos de *status* respeitam ao «consumo de bens representado em estilos de vida específicos» e reivindicam diferencialmente o prestígio social. Os partidos, finalmente, visam a obtenção de fins políticos e a «aquisição de poder social»⁴².

Embora Weber dê algumas indicações sobre as condições históricas que fazem prevalecer a estratificação segundo um dos critérios, bem como sobre as articulações e os efeitos recíprocos das três hierarquias, a verificação das lógicas distintas que organizam essas três ordens fazem-no renunciar à construção duma perspectiva integrada.

A tradição weberiana veio pôr em primeiro plano, em todo o caso, o problema da pluridimensionalidade da estratificação. Naturalmente que as desigualdades entre grupos sociais são sempre captáveis em termos de diversas dimensões. O que estaria em causa, no entanto, era saber se seria possível isolar de entre elas uma variável independente caracterizando, ou, pelo menos, aproximando-se de um modelo monocausal, ou se se teria de ter em conta uma rede complexa de variáveis, estruturadora dessas desigualdades e das diversas acções sociais. Havia ainda que decidir quais as dimensões a reter, de que modo as definir, relacionar e operacionalizar.

A estas questões ligava-se a das formas metodológicas usadas nos estudos empíricos, cada uma delas desdobrável em diversas técnicas de recolha do material informativo. A este propósito, os autores, ao procurarem definir um sistema de estratos sociais, partem, separada ou articuladamente, do «*status* objectivo», do «*status* atribuído» (*accorded*) ou do «*status* subjectivo»⁴³.

O método objectivo repousa na utilização exclusiva das categorias e dos critérios do investigador, sem recurso de princípio às opiniões dos indivíduos e grupos que se trata de classificar. As sugestões weberianas no sentido de captar e explicar as dimensões observáveis da estratificação deveriam ter levado à exploração sistemática das suas componentes económicas e políticas. Boa parte das correntes objectivistas, no entanto, renunciaram, por razões práticas, à utilização de critérios de difícil mensurabilidade, como o do poder. Certos autores, por seu turno, foram combinando, de forma empirista e mais ou menos arbitrária, diferentes

⁴² Max Weber, «Class, Status, Party», in Bendix e Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, cit., pp. 73-74.

⁴³ Cf. Seymour M. Lipset, *op. cit.*, pp. 310 e segs.

variáveis, como o rendimento, a educação, a profissão. Outros ainda acabaram por reter apenas o prestígio como índice da estratificação, sob pretexto de constituir ele próprio um critério inclusivo das diferentes dimensões. Ao limitarem-se a tentar objectivar e formalizar as avaliações resultantes da colectividade que analisam, estes últimos tornam os seus critérios virtualmente indiferenciáveis, em termos de resultados, dos utilizados por intermédio das aproximações não objectivistas.

Na prática, portanto, acabaram por vir a ser quase sempre abandonados alguns dos mais ricos elementos do paradigma weberiano. Há, naturalmente, excepções. É o caso de alguns autores cujas propostas, no entanto, se aproximam mais da teoria das classes sociais⁴⁴. É o caso, igualmente, de certas formulações, adiante mencionadas, sobre a inconsistência de *status* ou sobre grupos de referência.

De um modo geral, contudo, pode dizer-se que as modernas análises de estratificação se construíram essencialmente em torno de apenas uma das dimensões desse paradigma: a dos grupos de *status*. Não admira, assim, que os métodos do *status* atribuído e do *status* subjectivo ganhem grande relevância nos estudos empíricos: eles não só são consistentes com os postulados do modelo da acção, como também se tornam particularmente adequados à avaliação da distribuição social do prestígio.

Sempre que se solicita aos membros duma colectividade que ordenem as várias posições sociais segundo uma escala e nela distribuam os indivíduos dessa mesma colectividade, é ao método do *status* atribuído que se está a recorrer.

A avaliação do ordenamento hierárquico faz-se, segundo Parsons, a partir de três tipos de características: *possessions* (atributos-objectos que os actores detêm e controlam); *qualities* (características inatas ou adquiridas dos actores que lhes são inerentes); *performances* (realizações dos actores)⁴⁵. Nas análises empíricas, o prestígio surge, no entanto, como o índice-resumo de uma pluralidade de elementos em que essas características se desdobram e que vão dos rendimentos ao nível de educação, da situação profissional ao estilo de vida, da pertença religiosa às distinções étnicas. Tudo factores que os membros das colectividades terão em conta ao procederem às atribuições de *status*.

Um trabalho clássico e famoso conduzido nesta perspectiva foi o que se desenvolveu, a partir de 1930, sob a direcção de Warner, numa pequena cidade americana da Nova Inglaterra. Reservando o termo *status* para designar formas de pertença institucional⁴⁶, Warner procurou centrar a base da sua pesquisa na análise do que chamou classes sociais:

Por classe social entendem-se duas ou mais ordens de pessoas que se julga estarem, e assim são ordenadas pelos membros da comunidade, em posições sociais superiores e inferiores⁴⁷.

⁴⁴ Cf., por exemplo, Anthony Giddens, *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson University Library, 1973, e Frank Parkin, «Strategies of Social Closure in Class Formation», in Frank Parkin (org.), *The Social Analysis of Class Structure*, Londres, Tavistock Publications, 1974.

⁴⁵ Talcott Parsons, «A revised analytical approach to the theory of social stratification», *op. cit.*, pp. 94 e segs.

⁴⁶ W. Lloyd Warner (org.), *Yankee City*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1963, pp. 157 e segs.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 36.

Um moroso e complexo processo de entrevistas a informantes, da respectiva interpretação e de sucessivas aferições acabou por levar à distinção de seis classes e à repartição, entre elas, da população de Yankee City.

O pressuposto de um trabalho de pesquisa deste tipo é o de que a realidade social é transparente aos olhos dos que nela participam, assim se legitimando a definição da estrutura de estratificação a partir da opinião expressa pelos informantes. Torna-se claro que, quer a verificação sociológica das desigualdades sociais, quer o essencial da respectiva explicação, se reduzem à duplicação elaborada numa certa visão social dessas desigualdades.

Considerações idênticas se podem aplicar ao método do *status* subjectivo. Aqui confia-se a cada membro da colectividade da qual se pretende restituir a hierarquia dos grupos de *status* a sua própria classificação nessa hierarquia. A técnica da auto-identificação, associada ao nome de Centers ⁴⁵, propõe ao entrevistado um certo número de estratos, entre os quais deverá escolher aquele em que julga incluir-se. Em alternativa, formula-se uma questão aberta, esperando do respondente não só que se localize na estrutura social, como ainda que explicita a sua concepção global dessa estrutura.

É claro que os métodos não objectivos de análise são combináveis com aproximações objectivas, as quais tendem, no entanto, a servir apenas de aferimento para os resultados obtidos pelos primeiros. Em termos globais, o funcionamento das dimensões ideológicas, entendidas, para este efeito, como o conjunto dos valores sociais partilhados mais as avaliações subjectivas de qualificação que a partir desse conjunto se fazem, continua a ser tomado por base de descrição da estrutura social.

Importa adicionalmente notar que cada uma das três opções metodológicas referidas comporta os seus problemas específicos na análise empírica, para além dos problemas genéricos que todas defrontam.

De entre estes, desde logo se pode mencionar o da fixação da unidade de base da estratificação. Se a maioria dos autores elegem directamente o indivíduo, mesmo os que consideram a família como unidade pertinente inclinam-se, em geral, para a qualificar em função do *status* do respectivo chefe.

Outra das questões, diferencialmente resolvida pelas três aproximações, mas também no interior de cada uma, é a da selecção dos indicadores necessários para definir a hierarquia de estratos, bem como para por ela distribuir as respectivas unidades. A distinção entre estes dois níveis analíticos nem sempre aparece, de resto, claramente definida.

A partição do *continuum* vertical da estratificação constitui, por seu turno, um problema de pesquisa, já que da definição de critérios para essa partição resultam as características e o número de estratos retidos. E, sempre que se excluam descontinuidades provenientes de clivagens qualitativas, os critérios terão de ser afectados por uma mais larga margem de arbitrário ⁴⁶.

⁴⁵ Richard Centers, *The Psychology of Social Classes*, Princeton, Princeton University Press, 1949; id., «Children of the New Deal: Social Stratification and Adolescent Attitudes», in *Class, Status and Power*, cit., pp. 359 e segs. Para uma análise dos limites desta técnica ver Robert W. Hodge e Paul M. Siegel, «Stratification (Social)», in *International Encyclopedia of Social Sciences*, cit., vols. 15/16/17, pp. 316-318.

⁴⁶ Veja-se o reconhecimento dessas consequências, por exemplo, em Gerhard Lenski, *Power and Privilege: a Theory of Social Stratification*, Nova Iorque, MacGraw-Hill, 1966, pp. 76 e segs.

Não se justifica aqui o tratamento destes e de outros problemas suscitados pela análise empírica conduzida na perspectiva da estratificação, alguns dos quais reaparecem, de forma parcialmente diferente, nos caminhos de aplicação da teoria das classes sociais. Das soluções para eles encontradas dependem, em todo o caso, as conclusões específicas de cada pesquisa. Vale a pena ainda sublinhar, por último, que a dispersão dessas soluções tende a implicar, igualmente, a dificuldade de comparação fecunda dos resultados.

4. RESULTADOS EMPÍRICOS E NOVOS DESENVOLVIMENTOS

É certamente legítimo enunciar alguns princípios de extrema generalidade sobre o social: todas as sociedades se produzem e reproduzem biológica e materialmente; todas as sociedades dispõem de formas de organização; todas as sociedades reflectem sobre si próprias. Estes princípios referenciam problemas de idêntico grau de abstracção, lugares de análise que formações científicas institucionalmente diversas podem constituir como objecto.

Já não é possível, no entanto, deduzir de problemas genéricos assim enunciados formas especificadas e tendencialmente trans-históricas de os resolver prática e teoricamente. Nem será pertinente localizar tais soluções em instituições ou outras formas de organização social, cuja existência encontraria nas funções desempenhadas o princípio necessário e suficiente da respectiva explicação.

Poderia ironizar-se, de resto, a respeito dessa omnipresença da funcionalidade. Não mostrava já Marx a necessidade funcional dos criminosos? São eles, com efeito, que, além de produzirem o crime, produzem o direito criminal, os professores da especialidade, os respectivos códigos, tratados, legisladores. São eles que produzem a polícia, os juizes, os jurados. Geram arte, ciência e estimulam as forças produtivas. Os mais eficientes eliminam parte da população excedentária e fazem com que outra parte se ocupe a combatê-los. Foram inclusivamente eles que contribuíram para o surgimento das nações e do próprio mercado mundial⁵⁰.

Subjacente a muitas análises funcionalistas está justamente o princípio da identidade entre existência social e necessidade. As necessidades individuais/sociais, apreendidas através da socialização por referência a um sistema partilhado de valores, constituem o fundamento último das actividades desenvolvidas pelos actores-sujeitos na adequação de meios disponíveis aos fins prosseguidos em sintonia com esses valores. E a sociedade, nas suas múltiplas dimensões, oferece aos indivíduos a possibilidade de realizarem os seus objectivos. As condições da sua própria existência prendem-se com a capacidade de resposta às necessidades através das funções activas de adaptação.

O enunciado dos pré-requisitos funcionais articulado à verificação descritiva de certas dimensões da realidade social, sem que destas se ofereça, em geral, um princípio de ordenamento, assume então um papel decisivo. Enunciado e verificação podem mesmo passar por explicação da forma de existência das dimensões descritas e do seu efectivo funcionamento.

⁵⁰ Cf. Karl Marx, «Matériaux pour l'Économie» (1861-65), *Œuvres*, t. II, Paris, Pléiade-Gallimard, 1968, pp. 399-401.

Não se trata, evidentemente, de pôr em causa a análise funcional, já que o conceito de função constitui um indispensável instrumento da matriz sociológica. Também não é possível aceitar, no entanto, certos usos que dele se fazem na teoria funcionalista, ao ponto de o erigir, por vezes, em referência exclusiva e universal da pesquisa. Como têm de ser criticados, ainda, os afloramentos das perspectivas individualista e idealista, que, ao localizarem a subjectividade, por um lado, e os valores, pelo outro, na origem dos efeitos sociais, deixam na sombra, em contrapartida, níveis pertinentes da produção social respectiva.

Para recorrer a um exemplo do campo analítico que se tem vindo a abordar, dir-se-á correctamente que a avaliação social das formas de desigualdade pode contribuir quer para a conservação, quer para a transformação dessas formas. Importa não esquecer, no entanto, que as clivagens sociais estão, elas próprias, na origem de subconjuntos diversificados de valores e referências. Será por isso necessário não apenas verificar as modulações das ideologias sociais e os seus efeitos ao nível das práticas, mas ainda articulá-las às condições mais gerais do seu surgimento e da sua produção ⁵¹.

Contra as posições idealistas no campo filosófico e científico, o materialismo avançou dois princípios básicos e interligados: o ser (social) e o saber (social) são analiticamente irreduzíveis; é o ser que determina o saber.

Nos processos sociais, a articulação do ideológico às práticas, ou, se se preferir, a dimensão simbólica das práticas, tem de ser considerada, em si mesma, como um problema da análise sociológica. Com efeito, não só tais processos são parcialmente opacos para os seus agentes e protagonistas, como constituem actividades colectivas complexas, irreduzíveis ao conhecimento, à vontade e à acção dos sujeitos individualmente considerados.

É claro, em todo o caso, que a epistemologia materialista não exclui a capacidade produtora de efeitos do saber social. Pelo contrário, as avaliações e representações, adequadas ou não ao seu objecto, funcionam como componentes objectivas dos processos sociais e devem necessariamente ser tidas em conta quando se pretende estudar esses processos.

Um professor americano formulou assim o que ficou conhecido pelo teorema de Thomas:

Quando os homens consideram certas situações como situações reais, elas são reais nas suas consequências.

E Merton mostrou a recorrência das «profecias» que se tornam realidade a partir da sua mera existência (*self-fulfilling prophecies*) e como são frequentes e eficazes as predições «criadoras» e «destruidoras» ⁵².

A história que se conta daquele pároco de Riodonor que, após a publicação do estudo de Jorge Dias sobre a comunidade, se não cansava de

⁵¹ Uma perspectiva sobre o modo como as condições sociais prevaletentes nas sociedades industriais avançadas tendem não só a gerar conformismos ideológicos e de comportamento, como ainda a entorpecer a capacidade crítica das ciências sociais, pode encontrar-se em Herbert Marcuse, *One Dimensional Man*, Grã-Bretanha, Sphere Books (1964), 1970.

⁵² Robert K. Merton, *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique* (traduzido e adaptado de *Social Theory and Social Structure*, cit.), Paris, Plon, 1965, pp. 140 e segs.

exortar os seus paroquianos a agirem como o «senhor doutor» dizia que eles agiam pode constituir uma ilustração do teorema. Na verdade, a admitir que a mediação sacerdotal fosse produzindo resultados, os paroquianos iriam interiorizando um modelo com o qual as suas práticas a pouco e pouco se conformariam; iriam considerando reais, e por isso tornando reais, certos elementos da sua situação.

Mesmo por caminhos desviados, o que é próprio das profecias é justamente o serem candidatas à efectivação. Se as ideologias práticas são produtoras de efeitos multifacetados na modulação do social, as próprias profecias teóricas, desde que suficientemente inculcadas, podem também contribuir para essa modulação. Qualificar tais efeitos nas situações concretas constitui, naturalmente, um problema de pesquisa empírica ⁵³.

É certo que não se podem restringir os resultados obtidos pelas teorias da estratificação à mera análise das dimensões ideológicas da sociedade. A postura epistemológica dominante nessas teorias, porém, fê-las debruçar-se em particular sobre o funcionamento do simbólico, independentemente de ser esse o objecto expressamente designado. Quer a própria ênfase posta em conceitos como o de valor, de ordem, de sentido da acção, quer a selecção prevalecente das vias metodológicas subjectivistas, apontam já, na verdade, para que os resultados empíricos mais ricos se vão encontrar no conhecimento de processos ideológicos.

Para além das informações úteis decorrentes das pesquisas concretas, são igualmente importantes, contudo, alguns desenvolvimentos de âmbito propriamente teórico produzidos no âmbito desse paradigma. Interessa referir brevemente dois deles: as formulações sobre consistência de *status* e sobre grupos de referência.

Diversos autores norte-americanos, que procuraram estudar a incidência da industrialização na estrutura da hierarquia social, julgaram encontrar três tendências fundamentais reflectindo essa incidência.

Por um lado, as sociedades industriais estariam a tornar-se progressivamente mais igualitárias, diminuindo, conseqüentemente, a distância entre o topo e a base da hierarquia de estratificação ⁵⁴. Por outro lado, aumentaria a mobilidade nessas sociedades, as quais seriam cada vez mais abertas, mais meritocráticas, mais permeáveis à realização efectiva dos talentos individuais ⁵⁵. Por último, tenderia igualmente a aumentar o que Inkeles chama a «equilibração» do sistema, ou seja, a conjugação da proeminência do factor ocupacional de entre as dimensões do *status* com a maior fluidez das adaptações estaria a permitir a homogeneização cres-

⁵³ Analisar a «epidemiologia das ideias», ou seja, as condições de propagação de representações mentais que se tornam partilhadas, temporária ou duradouramente, em meios sociais específicos, constituiria, por seu turno, o próprio objecto da antropologia cultural. Cf. Dan Sperber, *Le savoir des anthropologues*, Paris, Hermann, 1982, p. 42.

⁵⁴ Neste sentido, por exemplo, John K. Galbraith, *The Affluent Society*, Boston, Houghton-Mifflin, 1958, cap. VII.

⁵⁵ A maioria dos estudos empíricos realizados nos Estados Unidos concluem, no entanto, por uma sensível conservação, ao longo do século, dos níveis de mobilidade e de «circulação das élites». Cf. Harold M. Hodges, *op. cit.*, pp. 277 e segs. Por outro lado, análises comparativas abrangendo os Estados Unidos, o Japão e diversos países europeus mostraram não haver diferenças significativas nas taxas de auto-recrutamento dos grandes grupos profissionais (Seymour M. Lipset e Reinhard Bendix, *Social Mobility in Industrial Societies*, Berkeley, University of California Press, 1959).

cente das posições de cada indivíduo em relação aos diversos atributos da estratificação ⁵⁶.

Outros autores, no entanto, definiram perspectivas opostas, designadamente em relação ao último ponto mencionado, tentando mostrar que as sociedades urbanas e industriais tendem, pelo contrário, a aumentar o número dos que se localizam de forma discordante em várias dimensões de estratificação.

Independentemente dos resultados de pesquisa a que estas últimas análises chegam, todas elas assentam numa teoria que constitui desenvolvimento da tese weberiana da pluridimensionalidade da estratificação. Quer se retenham as três hierarquias de poder que Weber propunha, quer se utilizem outras dimensões, a questão está em admitir que a posição de um actor ou de um grupo se não define forçosamente de igual modo em relação a cada uma dessas dimensões. Se for este último o caso, o qual poderá considerar-se uma situação-limite de referência, falar-se-á então de equilíbrio, de congruência, de coerência de *status*, ou, como Lenski, que propôs a primeira formulação articulada da teoria, de cristalização ou consistência ⁵⁷. Em todas as outras situações, em que é mais ou menos ténue a correlação entre as várias dimensões caracterizando o que os autores chamam a posição total do actor, estar-se-ia perante diferentes graus de inconsistência de *status*. Haveria assim que analisar, para cada actor, a sua localização perante as diversas hierarquias dimensionais retidas. Por outras palavras, seria necessário ter em conta, não apenas o aspecto vertical, mas também o aspecto horizontal, o «perfil de *status*».

Este modelo complexificado de qualificação de *status* não deixa de suscitar novos problemas. A supor que faz sentido falar numa posição total do actor, pode perguntar-se, por exemplo, como se compatibiliza a noção de perfil individual integrado de *status* com a independência das múltiplas dimensões de estratificação. Ou seja, se a essa qualificação mais precisa dos actores não corresponderá uma dificuldade acrescida nos critérios da sua inclusão num grupo de *status* e um obscurecimento da própria concepção global da hierarquia estratificada. E também aqui reaparece, com implicações de mais difícil solução, o problema das variáveis a seleccionar. Não só, com efeito, haveria que reter indicadores de *status* objectivo e subjectivo e das relações respectivas, como se deveriam construir escalas *ad hoc* para cada análise, uma vez que componentes invisíveis e tidos por marginais — o *secret ranking* — podem eventualmente assumir papel mais decisivo do que o daqueles que os estudos clássicos costumam propor ⁵⁸. Já se vê como uma tal metodologia, utilizada nos desenvolvimentos mais modernos da pesquisa, é susceptível de dificultar em extremo a comparabilidade dos resultados.

⁵⁶ Para uma exposição desenvolvida destas teses e respectiva crítica ver John H. Golthorpe, «Estratificação social na sociedade industrial», in Neuma Aguiar (org.), *Hierarquias em Classes*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, pp. 224 e segs.

⁵⁷ Cf. Gerhard E. Lenski, «Status crystallization: a non-vertical dimension of social status», in *American Sociological Review*, vol. 19, Agosto de 1954, pp. 405 e segs.

⁵⁸ Entre os que chamaram a atenção para a utilidade destas perspectivas analíticas veja-se, por exemplo, S. Box e J. Ford, «Some Questionable Assumptions in the Theory of Status Inconsistency», in *The Sociological Review*, 17, Junho de 1969, pp. 187 e segs., e M. Hartman, «On the Definition of Status Inconsistency», in *American Journal of Sociology*, 80, Novembro de 1974, pp. 706 e segs.

Já a teoria alternativa das classes sociais, uma vez que estas se definem a partir de distinções genéricas de tipo qualitativo, estará em condições de acolher utilmente essa maior complexidade de qualificação que a noção de consistência veio produzir, sem que fiquem paralisados os critérios de pertença.

Seja como for, o novo modo de pôr a questão veio ultrapassar o simplismo das análises tradicionais, que se limitavam a identificar como variável independente, capaz de explicar as atitudes e as práticas dos actores, a posição hierárquica única e sem ambiguidade em grupos mutuamente exclusivos. Agora, e para além das diferenciações verticais, é o próprio grau de inconsistência, a dimensão não vertical da estratificação, que, se for efectivamente lida, aparece como susceptível de constituir elemento explicativo dessas atitudes e práticas.

Entre a inconsistência e as variáveis dependentes, os autores não deixaram de incluir variáveis intermédias de nível psicológico, a que chamaram tensão (*stress*), fragmentação de personalidade, insegurança, reacção emocional. Na formulação de Lenski, por exemplo, a inconsistência faria que o actor fosse visto e tratado pelos outros actores em função do grau mais baixo do seu perfil, ao passo que ele desejaria ser qualificado pelo nível mais elevado. Daí as expectativas frustradas e a tensão, elas próprias geradoras de atitudes e comportamentos específicos. Seria a cadeia causal assim definida que permitiria explicar, de acordo com os objectos da pesquisa, as posições políticas radicais, as perturbações patológicas, os comportamentos desviantes.

Se a produção de efeitos do desequilíbrio de *status* depende, no entanto, não apenas da situação de cada sujeito «inconsistente», mas também do modo como essa situação é apreendida, quer por si próprio, quer pelos actores que com ele entram em interacção, então a inconsistência deixa de poder ser pensada como uma característica puramente referida ao indivíduo, para ser concebida na sua dimensão relacional⁵⁹. Falar de incongruência será, assim, falar duma propriedade atinente a relações interindividuais, ligada, portanto, a expectativas, as quais radicam, por seu turno, em particulares sistemas de valores. Não é legítimo deduzir a existência de tensões a partir do puro registo de estruturas de desequilíbrio, resumidas em índices de cristalização. Para além da diversidade dos universos simbólicos em que esses desequilíbrios objectivos se inscrevem, são concebíveis formas de atenuar ou mesmo de evitar os efeitos que as primeiras formulações da teoria atribuíam inevitavelmente aos actores inconsistentes: estes podem desenvolver eficazes estratégias compensatórias de valorização ou de encobrimento das dimensões desvantajosas.

A tentativa de escapar aos pressupostos individualistas implicados em certas formas de abordagem do problema, procurando ao mesmo tempo um domínio mais vasto de aplicação do que o da psicologia ou da micro-sociologia, levou alguns autores a considerarem a inconsistência como caso

⁵⁹ Cf. G. H. Homans, *Social Behaviour*, Nova Iorque, Harcourt, 1961, pp. 148 e segs.; E. F. Jackson, «Status Consistency and Symptoms of Stress», in *American Sociological Review*, 27, Agosto de 1962, pp. 468 e segs.; D. J. Treiman, «Status Discrepancy and Prejudice», in *American Journal of Sociology*, 71, Maio de 1966, pp. 651 e segs. Para uma análise crítica da «perspectiva individual», bem como da variante relacional que lhe serve de contraponto, veja-se José M. Maravall, *La Sociología de lo possible*, Madrid, Siglo XXI, 1972, pp. 187 e segs.

particular da teoria da privação relativa e a articularem-na com elementos provenientes da análise dos grupos de referência ⁶⁰.

A noção de privação relativa, referida ao conjunto de expectativas ligadas às diversas posições do perfil de *status*, reintroduz o estudo dos sistemas de valores e das suas traduções individuais e grupais. Esses sistemas contribuem para modular comportamentos, ora minimizando os efeitos práticos dos desequilíbrios, ora acentuando-os, ao servirem de mediadores de amplificação em sentimentos de privação relativa. Em qualquer dos casos, só indirectamente a frustração resultará das diferenças objectivas entre os níveis pluridimensionais de *status*, da configuração dos respectivos perfis, já que a sua origem imediata se encontra em avaliações e reivindicações, eventualmente insatisfeitas, de «direitos de consistência». E a impossibilidade de estabelecer necessárias e exclusivas correspondências entre inconsistência e frustração tem que ver, não apenas com o facto, demonstrável empiricamente, de nem todas as inconsistências gerarem tais sentimentos, mas ainda de estes poderem surgir igualmente a partir de baixos perfis homogéneos.

O estudo das «direcções de inconsistência», designadamente do tipo de dimensões que ficam mais acima e mais abaixo em cada perfil, constitui ainda um ponto obrigatório de passagem para a explicação dos comportamentos. Serão, por exemplo, de esperar efeitos diversos, consoante o desnivelamento dos perfis se oriente de uma posição elevada numa dimensão «adquirida» para uma posição baixa numa dimensão «herdada», ou o inverso.

A teoria de inconsistência vem, pois, chamar a atenção para certos elementos da dinâmica social. Por um lado, ela articula-se estreitamente com a análise da mobilidade, já que seria precisamente a alta mobilidade das sociedades abertas que mais tenderia a gerar fenómenos de desequilíbrio, eles próprios levando à permanente tentativa, por parte dos actores, no sentido de os superar. O resultado seria um processo em espiral de reequilibração, em que inconsistência e mobilidade reciprocamente se alimentariam. Por outro lado, o estudo da incongruência de *status* designa o problema das trajectórias específicas de indivíduos e grupos, da capacidade explicativa de tais trajectos relativamente a determinadas representações e comportamentos.

Atribuir à análise de inconsistência ambições de eficácia que vão desde o nível psicológico individual — a partir da teoria da dissonância cognitiva — até ao da sociedade global, passando pelos níveis intermédios da intersubjectividade e da organização de grupos de *status*, será, provavelmente, excessivo. Do mesmo modo, é discutível que ela possa resolver o problema da qualificação das «classes médias», cujo núcleo central se restringiria apenas aos sujeitos inconsistentes ⁶¹. Mas a teoria da inconsistência não deixa, em todo o caso, de abrir perspectivas fecundas, quer no sentido de articular as dimensões ideológicas às outras dimensões da prática social, quer no de superar as insuficiências de visões mais estáticas dessas práticas.

⁶⁰ Neste sentido, José M. Maravall, *La Sociología de lo posible*, cit., pp. 210 e segs.

⁶¹ Cf., defendendo essas posições, G. Giampaglia e G. Ragone, «Introduzione», in G. Giampaglia e G. Ragone (orgs.), *La Teoria dello Squilibrio di Status*, Nápoles, Liguori Editore, 1981, pp. 31 e segs. e 65 e segs.

A noção de grupo de referência, introduzida por Hyman ⁶², veio enriquecer, por seu turno, os instrumentos disponíveis de pesquisa. Merton sistematizou o conceito, posto já à prova em termos empíricos, nomeadamente em *The American Soldier*, propondo, também neste caso, a extensão do seu primeiro domínio de aplicação — o da psicologia social — ao da sociologia ⁶³.

À medida que a evidência empírica ia mostrando terem os sectores localizados nos degraus inferiores da hierarquia social menor capacidade de ascender do que os que provinham das chamadas classes médias, foi-se procurando explicar tais disparidades no caminho do êxito através da diferença de motivação entre os respectivos actores, como uma das variáveis independentes estratégicas. Se, quanto aos primeiros, se produziam inibições, bloqueamentos e, finalmente, a resignação antecipada ao fracasso, enquanto, a respeito dos últimos, a ambição e a «necessidade de vencer» pareciam constantemente estimuladas, então isso implicava, ao menos indirectamente, a heterogeneidade do universo de valores socialmente existente. O mesmo reconhecimento de heterogeneidade resultava também, por outro lado, e ainda no âmbito dos estudos de mobilidade, da verificação de efeitos de mudança de posição política e ideológica induzidos por trajectos ascendentes ou descendentes na escala de *status*. Assim se ia abandonando a suposição de que a ordem normativa e cultural seria essencialmente uniforme, de que a acção social se desenvolvia num quadro valorativo coerente e partilhado, em geral, por todos os actores.

A teoria dos grupos de referência, pelo seu lado, veio dar um passo adicional no sentido de eliminar essa noção de um conjunto indiferenciado de valores, ao qualificar, de modo mais preciso, os sistemas ideológicos que presidem às opções individuais.

Os actores seleccionam grupos — grupos a que pertençam ou grupos exteriores em que aspiram a integrar-se — que lhes servem de elemento comparativo e de fonte normativa. São as formas de influência em atitudes, opiniões e comportamentos, exercidas a partir dessa selecção, que vão constituir o objecto analítico fundamental da teoria, cuja proximidade com a noção de privação relativa é também evidente ⁶⁴. Se o sentimento de privação resulta da tradução individual de certos valores, já se vê que é necessário analisar porquê aqui, e não ali, ele surge como componente das atitudes. Não bastará, por isso, avaliar a privação «objectiva». O processo de eleição de determinados grupos de referência, bem como o processo de transferência dessa eleição de uns para outros grupos, fornecem eventuais contributos de resposta à questão dos efeitos sociais integradores ou de rotura.

São já consideráveis os desenvolvimentos da teoria e eles foram permitindo a formulação de diversas tipologias. Lembraremos apenas que os grupos a que o actor se referencia podem ser múltiplos, caso em que,

⁶² Herbert H. Hyman, «The Psychology of Status», in *Archives of Psychology*, n.º 269, 1942, reimpresso sob o título «The Relation of The Reference Group to Judgement of Status», in *Class, Status and Power*, cit., pp. 263 e segs. O autor procura mostrar, através duma pesquisa experimental, como a variação sistemática do grupo de referência altera as avaliações individuais de *status*.

⁶³ Cf. Robert Merton, *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, cit., caps. VII e VIII.

⁶⁴ Cf. Herbert H. Hyman, «Reference Groups», in *International Encyclopedia of Social Sciences*, cit., vol. 13, p. 354.

quer sejam simultâneos, quer se tenham sucedido ao longo do tempo, haverá que estudar os seus efeitos conjugados. Pode tratar-se de efeitos de reforço mútuo, mas pode igualmente haver entre os grupos contradições normativas, produzindo no actor tensões e «dissonâncias cognitivas», provenientes das mensagens de conteúdo conflitual⁸⁵.

Teremos de encerrar este ponto com a reafirmação de que a teoria dos grupos de referência, como a da inconsistência, fornecem instrumentos conceptuais positivos, embora a sua transposição para a análise das classes não possa deixar de se rodear de cautelas, já que são diversas as posturas epistemológicas e as problemáticas de base implicadas no conceito de grupo de *status* e no de classe social. Para que este último possa servir de referência a pesquisas empíricas sistemáticas, há que dotá-lo de plasticidade suficiente para integrar uma pluralidade de dimensões pertinentes e avaliar os respectivos pesos relativos nas situações concretas.

Será necessário, assim, ter em conta as determinações sociais e os efeitos quer das diferenças de classe — que a teoria da estratificação chamaria diferenças verticais de *status* —, quer das diferenças horizontais no interior de cada classe — envolvendo diferenças de perfil das unidades de análise —, quer ainda, a um outro nível, das situações de pertença múltipla de classe, em que poderão ser mais agudos os problemas de inconsistência.

Será igualmente necessário analisar as tendências sociais de valorização ou de declínio de certas dimensões e perscrutar as suas consequências nas formas de consciência social. A teoria dos grupos de referência surge aqui como um operador de mediatização e de desdobramento das ideologias em relação aos modos diferenciados da sua apropriação, como um elemento de qualificação das práticas de classe ou de fracção em contextos situacionais precisos.

Ao estudo dos processos de formação, de cristalização e de mudança das disposições de classe tem de articular-se, não apenas o estudo das determinações sociais envolvidas na selecção dos grupos de referência, como ainda, duma maneira mais geral, a análise do sistema de trajectórias sociais objectivas.

Este conjunto de passos parece constituir condição para formular hipóteses de pesquisa sobre as relações sociais, susceptíveis de conduzir a princípios de explicação das práticas e a um maior grau de previsibilidade dos seus desenvolvimentos.

⁸⁵ Sobre a teoria da dissonância cognitiva, proposta por L. Festinger em *The Theory of Cognitive Dissonance*, Nova Iorque, Harper & Row, 1957, e a mudança de atitudes, ver, por exemplo, T. M. Newcomb *et alii*, *Manuel de Psychologie Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1970, pp. 129 e segs., e Serge Moscovici (org.), *Introduction à la psychologie sociale*, Paris, Larousse, 1972, t. 1, pp. 28 e segs.